

ANEXO V

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE COMPRA

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº
...../...., QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO E A
EMPRESA**

O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, com sede na Avenida Alberto Braune, 225 - Centro, na cidade de Nova Friburgo / RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 28.606.630/0001-23, neste ato representado(a) pelo(a) Exmo. Senhor Prefeito Municipal JOHNNY MAYCON CORDEIRO RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 8.004/2020**, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 208/2023**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é AQUISIÇÃO de Equipamentos Médicos para atender às necessidades do Hospital Municipal Raul Sertão, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	Nº DO REGISTRO	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTDE.	PREÇO	
						UNITÁRIO	TOTAL
1							
...							
						TOTAL XXX : R\$ XXXXX	

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de (mês) meses , com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 - O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descritos e em conformidade com a Emenda Parlamentar 11399.442000/1100-02 e 11399.442000/1100-03;

4.1.1 - Elemento de Despesa – 44.90.52.02

4.1.2 - Fonte de Recurso – 1610 – SUS

4.2 - Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

4.2.1 - Hospital Municipal Raul Sertão: 30001.1030200852.202

4.3 - As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

5 - CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado conforme dispõem o decreto nº.258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

5.1.1 - Negativa de Débitos Trabalhistas;

5.1.2 - Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

5.1.3 - FGTS;

5.1.4 - PGE- referente a Dívida Ativa;

5.1.5 - Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

5.1.6 - Estadual CND – referente ao ICMS

5.2 - A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

5.3 - Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

6 - CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, quando necessário o reequilíbrio econômico financeiro, conforme art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei n.º 8.666/93.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 - Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8 - CLÁUSULA OITAVA - FORNECIMENTO DO OBJETO (FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA)

8.1 - A Empresa Vencedora deverá atender a ordem de fornecimento expedidas pelas Unidades.

8.2 - Os itens deverão ser entregues em parcela única, com prazo não superior a 90 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

8.3 - A entrega e instalação deverá ser realizada no Hospital Municipal Raul Sertão, localizado na Rua General Osório, nº. 324, Centro, Nova Friburgo/RJ, no horário de 09h:00m às 17h:00m.

8.4 - Os equipamentos constantes no subitem 2.1 do Termo de Referência deverão ser entregues sem violação da embalagem, sem deterioração ou qualquer outro fator que possa comprometer seu uso ou qualidade.

8.5 - Caso os equipamentos apresentem embalagem violada ou qualquer tipo de comprometimento para seu uso, bem como marca trocada (em desacordo com a proposta apresentada pela licitante), caberá à empresa vencedora efetuar a troca, no prazo máximo de 15 dias, a partir da notificação da contratante, se responsabilizando, ademais, por todas as despesas que porventura venham a ocorrer.

8.6 - Outrossim, deverão constar nos equipamentos os dados de identificação e procedência, fabricação, validade, número de lote e número do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), se aplicável.

8.7 - No caso de aplicabilidade, não serão aceitos equipamentos cujos registros no Ministério da Saúde/Anvisa, estejam vencidos, inválidos, pendentes de renovação ou cancelados.

8.8 - Caso os equipamentos médicos-hospitalares cotados sejam dispensados do registro na

Anvisa, a licitante deverá apresentar cópia do ato de isenção.

8.9 - No momento da entrega, os equipamentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos (quando aplicável):

8.9.1 - Manual de operação;

8.9.2 - Manual de serviços;

8.9.3 - Esquemas eletrônicos;

8.9.4 - Procedimentos de calibração;

8.9.5 - Procedimentos de manutenção preventiva;

8.9.6 - Certificado de garantia.

9 CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES GERAIS

9.1 - A empresa vencedora deverá cumprir as exigências das regulamentações técnicas federal, estadual e municipal que dispõem sobre a qualidade, segurança, desempenho, instalação e uso de equipamentos médico-hospitalares.

9.2 - A empresa vencedora deverá cumprir as seguintes exigências:

9.2.1 - Ter assistência técnica comprovada e autorizada pelo fabricante no País.

9.2.2 - Garantir que os equipamentos entregues são aqueles descritos no Termo de Referência e que possuem os padrões de qualidade e aceitação.

9.2.3 - Prestar assessoria profissional para adequação dos pontos elétricos necessários à correta operação de todos os equipamentos, conforme manual do fabricante.

9.2.4 - Apresentar à Contratante o certificado do produto emitido pelo INMETRO, quando couber;

9.2.5 - Quando aplicável, deverão ser apresentados ainda o registro do equipamento e insumos na Anvisa, bem como as respectivas cartas de autorização de fornecimento de tais materiais, fornecidas pelo detentor do registro na Anvisa.

9.2.6 - Obedecer à legislação pertinente em vigor correspondente a cada objeto constante no Termo de Referência.

9.2.7 - Fornecer toda e qualquer parte ou acessório necessários ao completo funcionamento de todo o sistema.

9.2.8 - Os equipamentos deverão apresentar segurança em suas instalações elétricas em conformidade com a NBR/IEC 601.1.

9.2.9 Todos os documentos mencionados nos subitens 4.9.1 a 4.9.6 deverão estar no idioma português(Br).

9.2.10 - A entrega, o transporte, a descarga, colocação e a instalação dos equipamentos serão por conta da empresa vencedora.

9.2.11 - A empresa vencedora deverá prestar, sem custos à Contratante, assessoria científica e oferecer treinamento das equipes para a utilização do equipamento após a instalação.

9.2.12 - Deverá ainda fornecer, sem custos à Contratante, manutenção corretiva dos equipamentos, durante a vigência da garantia.

9.2.13 - Ademais, a empresa vencedora deverá seguir a programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a ser entregue.

9.2.14 - Bem como conceder total garantia quanto à qualidade do material fornecido e efetuar a substituição no prazo máximo de 15 dias, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com o Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

9.3 - A empresa vencedora deverá fornecer à Contratante todas as informações técnicas necessárias e suficientes para a operação correta e segura dos equipamentos.

9.4 - A tensão elétrica dos aparelhos solicitados deverá ser 220v ou Bivolt Automático.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1 - Para o procedimento de entrega dos equipamentos, é indispensável a presença da empresa vencedora ou seu representante, devida e comprovadamente autorizado.

10.2 - Os bens serão recebidos:

10.2.1 - Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

10.2.2 - Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas, bem como após a instalação e comprovação de funcionamento do equipamento.

10.3 - Tanto o recebimento provisório, quanto o recebimento definitivo, deverão ser instrumentalizados em documentos específicos, que serão elaborados pela equipe técnica designada no subitem 7.2 do Termo de Referência.

10.4 - A equipe técnica deverá, no momento da entrega, realizar uma inspeção visual dos equipamentos para assegurar que:

10.4.1 - Os equipamentos correspondem àqueles especificados no Termo de Referência e nas propostas apresentadas.

10.4.2 - Os equipamentos estão completos, com todos os acessórios e documentação técnicas

especificadas no Termo de Referência e no edital.

10.4.3 - Não existem partes dos equipamentos e seus acessórios danificados.

10.4.4 - Os equipamentos estão compatíveis com os requisitos de pré-instalação aprovados pela empresa vencedora.

10.5 - Verificada a conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, no edital e nas propostas, bem como aprovada a inspeção visual prevista no subitem 10.4.1 a 10.4.4, a equipe técnica emitirá o documento atestado o recebimento provisório.

10.6. Emitido o documento de recebimento provisório, a empresa vencedora deverá realizar as instalações dos equipamentos no prazo máximo de 10 dias úteis, e estes ficarão em funcionamento no Hospital Municipal Raul Sertão por um período de experiência de 15 dias corridos, contados da instalação, para avaliação técnica durante o uso dos equipamentos.

10.7. Ao final deste período, a equipe técnica designada pela Contratante encaminhará relatório à empresa vencedora e à Secretaria Municipal de Saúde, aprovando ou reprovando os equipamentos.

10.8. Caso os equipamentos não estejam de acordo com as especificações propostas, a empresa vencedora deverá providenciar a substituição no prazo máximo de 15 dias, contados da data de recebimento do relatório mencionado no item 8.7 deste documento.

10.9. Aprovados os equipamentos, a equipe técnica da Contratante emitirá o recebimento definitivo e o aceite dos equipamentos.

10.10. O prazo máximo para emissão documento supramencionado será de 03 dias úteis, contados do recebimento do relatório de aprovação mencionado no item 8.7.

10.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo.

10.12. Após o recebimento definitivo dos equipamentos, a equipe técnica, no prazo de 03 dias úteis, deverá comunicar o fato ao Setor de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, que providenciará os respectivos códigos de identificação, a fim de incluí-los no patrimônio e no sistema de gerência e manutenção da Contratante.

10.13. Ademais, caberá à equipe técnica, no mesmo prazo acima, comunicar ao gabinete desta Secretaria o aceite final dos equipamentos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO TREINAMENTO

11.1 - A empresa vencedora oferecerá treinamento para os operadores dos equipamentos adquiridos, sem custo adicional para a Contratante.

11.2 - Caso a equipe técnica instituída no subitem 7.3 do Termo de Referência considere necessário, a empresa vencedora oferecerá treinamento aos técnicos da Contratante para a prestação de serviços de manutenção a serem realizados após o término do período de garantia dos equipamentos.

11.3 - Os custos de treinamento, tanto dos operadores dos equipamentos quanto dos técnicos de manutenção da Contratante serão integralmente pagos pela empresa vencedora, estando incluídos os custos com o treinamento, a participação de especialistas, o transporte dos profissionais da empresa vencedora, bem como o possível uso de material didático.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO

12.1 - A equipe técnica responsável pelo recebimento, instalação e aceitação dos equipamentos médico-hospitalares, devem registrar em documento único apropriado, informações detalhadas sobre os equipamentos e todos os eventos do processo de seu recebimento, instalação e aceitação.

12.2 - A equipe técnica deverá realizar a guarda e o controle de toda documentação referente ao recebimento, instalação e aceitação dos equipamentos, incluindo a documentação técnica (manuais de operação e manuais de serviço) e atualizações efetuadas nesta documentação, devendo ainda divulgar na unidade Requisitante as informações nela contidas.

12.3 - Após a aceitação dos equipamentos, no que tange àqueles enquadradas nas classes 02 e 03 (médio e alto risco, respectivamente) da Portaria 2043/1994 do Ministério da Saúde, devem ser anexados livros (diários) ou cartões de registros, que deverão conter informações resumidas das intervenções para manutenções preventivas e corretivas, das modificações efetuadas, das pequenas falhas ou funcionamentos anormais, entre outras informações, encabeçadas pela aceitação dos equipamentos em serviço.

12.4 - Os livros (diários) ou cartões de registros deverão ser de fácil acesso aos seus usuários e terão as seguintes funções:

12.4.1 - Manter as unidades usuárias dos equipamentos informadas quanto aos reparos e modificações neles efetuadas.

12.4.2 - Assegurar que as manutenções preventivas serão executadas nas datas previstas.

12.4.3 - Chamar a atenção para problemas que podem estar ocasionando frequentes avarias aos equipamentos.

12.4.4 - Indicar que os usuários verificaram os equipamentos após as manutenções.

12.4.5 - Indicar que os equipamentos foram submetidos a testes funcionais antes de serem utilizados em pacientes.

12.5 - Os livros (diários) ou cartões de registros deverão ser mantidos permanentemente junto aos equipamentos e suas atualizações ou preenchimentos deverão ser realizados segundo requisitos previamente estabelecidos e formalmente instituídos pela direção do Setor Requisitante, incluindo o requisito de datar e assinar cada registro.

12.6 - A Contratante deverá manter registros de todos os treinamentos realizados por seus funcionários ou pelos funcionários da empresa vencedora para a capacitação de seus profissionais e técnicos na operação ou prestação de serviços de manutenção de cada um dos equipamentos adquiridos.

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS

13.1 - A empresa vencedora deverá fornecer garantia dos equipamentos e seus acessórios pelo período mínimo de 24 meses, a contar da respectiva aceitação.

13.2 - Será ainda responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais dos equipamentos, suas partes e acessórios obrigando-se ressarcir os danos e substituir os elementos defeituosos, sem ônus a Contratante.

13.3 - A empresa vencedora deverá possuir equipe de assistência técnica ou representação técnica especializada para a prestação de serviços de manutenção no País.

13.4 - Durante a vigência do período de garantia, na eventual necessidade de assistência técnica, os custos referentes ao transporte de técnicos e equipamentos em função da distância entre a Contratante e o fornecedor ou seu representante técnico serão integralmente pagos pela empresa vencedora.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

14.1 - Caberá à Contratante:

14.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa vencedora, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.1.1.1 - Receber provisoriamente o material, disponibilizado local, data e horário;

14.1.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

14.1.1.3 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da empresa vencedora, através de servidor especialmente designado;

14.1.1.4 - Efetuar o pagamento no prazo previsto;

14.1.1.5 - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela empresa vencedora.

14.1.2 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela empresa vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da empresa vencedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.2 Das obrigações da Contratada:

14.2.1 - Ter capacidade de atendimento com eficiência, presteza e zelo;

14.2.1.1 - Efetuar a entrega e instalação dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 5.1.1 a 5.1.6;

14.2.1.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1.900);

14.2.1.3 - O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, no prazo máximo de 15 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

14.2.1.4 - Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

14.2.1.5 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.

14.2.1.6 - Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

14.2.1.7 - Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 7 dias de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.2.1.8 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.2.1.9 - Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.666/93.

10.1 - Comete infração administrativa:

10.1.1 - Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

10.1.2 - Apresentar documentação falsa;

10.1.3 - Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

10.1.4 - Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.5 - Não manter a proposta;

10.1.6 - Cometer fraude fiscal;

10.1.7 - Comportar-se de modo inidôneo;

10.2 - Consideram-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial da obrigação poderá a Administração, garantida a ampla defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1 - Advertência;

10.3.2 - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação;

10.3.3 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.3.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.3.5 - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.3.6 - As sanções de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

11.4. - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

11.1 - O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1 - por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2 - amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 - Indenizações e multas.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

12.1 - É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em Lei.

13 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1 – Consoantes o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

15 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

15.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

16.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS.

17.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

18.1 - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

19 - CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

19.1 - É eleito o Foro da comarca de Nova Friburgo/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

19.2 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 2023.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: